

## ***Missão ética do desenvolvimento das Organizações não Governamentais***

*Li Jianhua\**

Nos últimos 20 anos do século XX, as Organizações não Governamentais, como um sector, têm vindo a experimentar um rápido desenvolvimento, a nível planetário, dando lugar à chamada “Revolução associativa” a nível mundial. Juntamente com os Governos e as empresas, constituem os 3 pilares organizativos dos modernos países democráticos, sendo uma inovação organizativa e regimental da história do desenvolvimento social da Humanidade. Nos últimos anos, as Organizações não Governamentais têm também uma palavra muito frequente a dizer na China. As Organizações não Governamentais do interior da China passaram do sector privado a serem aceites e administradas pelo sector público. De uma organização não institucional, passou para uma gestão institucional. O âmbito das suas actividades estende-se do território da China para o espaço internacional. Com o seu rápido desenvolvimento, tornaram-se numa parte muito importante das reformas da gestão mundial.

Quando as pessoas descobrem que tanto o Governo como o mercado têm as suas falhas e há falta de vontade, nasce um profundo desejo de explorar a razão desta situação. Então, apareceu no panorama dos estudos o espírito ético das Organizações não Governamentais, que se esforçam, na sua qualidade de intermediárias entre o Governo e as organizações comerciais, por colmatar as insuficiências do Governo e do mercado. Com os seus papéis de prestadoras de serviços, de promotoras e de defensoras dos valores, podem fornecer serviços públicos melhores e com mais baixos custos que o Governo e ultrapassam a caça aos lucros do mercado por parte das empresas, de maneira a promover um desenvolvimento harmonioso da sociedade, representando assim uma orientação da ética e do desenvolvimento civilizacional ideal da humanidade. Como já nasceram com esta missão ética, as Organizações não Governamentais, nas suas actividades, mostram uma qualidade ética muito peculiar. E uma vez interiorizada na sua estrutura organizativa, constitui uma força espiritual para organizar as suas actividades e assumir de uma maneira consciente e valiosa as responsabilidades públicas e sociais.

---

\* Doutor em Filosofia, Professor Catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de Zhong Nan da China.

## I. A característica ética das Organizações não Governamentais

A peculiar característica ética das Organizações não Governamentais reside no seu próprio ideal organizativo, princípio organizativo e metodologia de gestão. A força motriz que está na origem do fornecimento dos serviços de utilidade pública ou de benefício mútuo, constitui uma procura do ideal da justiça social. O princípio organizativo de voluntariado representa a nobre virtude dos membros das Organizações não Governamentais. A ética do modo organizativo garante o surgimento e a coesão da boa vontade destas Organizações não Governamentais. Estas três características são incomparáveis, em relação ao Governo e às organizações comerciais.

### 1. À procura da justiça social

A missão das Organizações não Governamentais reside na procura do ideal da justiça social. A força motriz com que as Organizações não Governamentais promovem os serviços de utilidade pública ou de benefício mútuo remonta a um valor melhorista. Também representa um desejo de concretizar a igualdade e a justiça social. Possivelmente por esta procura do ideal da justiça social, as Organizações não Governamentais não têm fins lucrativos e esforçam-se por causas de utilidade pública. Elas esforçam-se por resolver alguns grandes problemas sociais do regime organizativo da sociedade dominante, isto é, as empresas, o regime de mercado e o Governo. Grandes problemas sociais que o regime do Estado não quer ou dificilmente pode tomar à sua conta. Sobretudo, em termos de população, miséria, educação (particularmente, a educação básica rural), protecção das mulheres e crianças, protecção ambiental, minorias étnicas, cuidados de saúde pública, assistência a inválidos, socorros comunitários, direitos humanos, etc, eis alguns dos seus objectivos. O objecto dos seus serviços, na sua maioria, é direccionado para as comunidades marginalizadas, negligenciadas ou rejeitadas pelo regime organizativo da sociedade dominante.

As Organizações não Governamentais também são conhecidas como o terceiro sector, especialmente após o amadurecimento do primeiro sector — o Governo — e do segundo sector — as empresas — que comecem a viver certos fenómenos de perda de eficiência. É nestas circunstâncias que surgem as Organizações não Governamentais. Por isso, nos

Estados Unidos da América e Inglaterra, entre outros países, as reformas administrativas que acompanham o rápido desenvolvimento das Organizações não Governamentais, têm como assunto nuclear, a redefinição das funções governamentais, a entrega dos assuntos que os Governos não devem fazer, ou não são capazes de fazer, ou não podem fazer da melhor maneira, à sociedade. A produção dos serviços privados é entregue ao mercado. A maioria dos serviços públicos, sobretudo de carácter monopolista, continua a ser fornecida pelo Governo, mas a maioria dos serviços públicos de carácter não monopolista, deve ser assumida pelas Organizações não Governamentais, que não são nem Governo, nem empresas.

Para colmatar as falhas tanto do Governo como do mercado, e como inovação organizativa, as Organizações não Governamentais têm longo caminho a percorrer e grandes responsabilidades a assumir. Perante a perda de eficiência do Governo, as Organizações não Governamentais, que se situam a todos os níveis, não só podem aceitar os assuntos públicos que o Governo não é capaz de fazer bem, ou incapaz de fazer, e através da vigilância do poder social em relação ao poder do Governo, podem promover a construção da política democrática. Através das mais variadas associações, organizam os cidadãos para poderem ter uma participação política e consulta política eficaz, com o objectivo de deter os omnipresentes poderes do Governo, colocando assim os poderes públicos sob o controlo social. Perante a perda de eficiência do mercado, as Organizações não Governamentais, através das causas de caridade, grupos de voluntários, actividades de socorro e de ajuda a estudantes por parte das instituições comunitárias, ajudam a regular o nível de rendimento dos cidadãos, de maneira a reduzir a disparidade entre os pobres e os ricos e a atenuar as contradições sociais para que o desenvolvimento socioeconómico tenha um bom ambiente social. Simultaneamente, através das actividades intervencionistas no mercado (por exemplo, a protecção popular dos recursos e do ambiente, etc.), põem em ordem novos problemas exteriores de carácter económico. As Organizações não Governamentais constituem uma transição de carácter organizativo, não somente podendo substituir parcialmente o Governo, como são uma adequada estrutura organizativa que fornece serviços tanto públicos como privados, em períodos transitórios, tornando assim mais coordenadas as relações entre as diferentes Organizações não Governamentais da sociedade.

Por isso, a missão das Organizações não Governamentais da sociedade civil é, por um lado, promover o aperfeiçoamento da estrutura básica social de maneira a impulsionar a prática da justiça política. Por outro lado, com base no ideal da justiça moral, reúnem as forças morais de todos os membros sociais para poderem mudar a realidade das injustiças.

## 2. À procura do voluntarismo e dedicação

O voluntarismo é um espírito com que as pessoas, de maneira voluntária, sem remunerações ou rendimentos, participam em actividades que promovem o desenvolvimento da humanidade, o progresso social e o aperfeiçoamento dos trabalhos comunitários. Trata-se de uma forma muito importante para os cidadãos participarem na vida social. Constitui a essência da sociedade civil e das Organizações não Governamentais. Por trabalho voluntário entende-se aquele onde qualquer pessoa oferece, da sua própria vontade, o seu tempo e esforço e com a condição prévia de não receber recompensas materiais, serviços que promovem o desenvolvimento da humanidade, o progresso social e o bem-estar social. O voluntarismo nasce de uma positiva percepção individual sobre a humanidade e a sociedade. Trata-se de um valor positivo do desenvolvimento social. Esta orientação tem que ver com a vida, instrução e experiências individuais, mas também se relaciona com as influências sociais; por isso, o voluntarismo é uma atitude positiva, em relação ao valor da vida, à sociedade, à humanidade e ao conceito da vida. Os voluntários são aqueles que têm espírito de voluntarismo, que podem assumir as responsabilidades sociais, sem se preocuparem com as correspondentes recompensas; por outras palavras, não é por recompensas que tomam a iniciativa de assumir responsabilidades sociais. Na vida real, as actividades do voluntariado são muito mais do que aquilo que se divulga na imprensa, isto porque as pessoas, através de múltiplas formas, para levar a cabo serviços voluntários, às vezes fazem-nos, através de instituições religiosas de bem-estar social, não governamentais e até através dos serviços de actividades realizadas, a nível comunitário. Esta espécie de actividades de voluntariado é muito frequente, talvez porque geralmente é preciso apelar às pessoas para oferecerem o seu tempo e as pessoas, na maioria das vezes, não são capazes de se dedicar às actividades sociais de maneira voluntária e consciente.

O objectivo empresarial é procurar a maximização dos lucros; por isso, o ser económico é egoísta. O objectivo do Governo é proteger e

concretizar a utilidade pública, mas para a teoria da escolha pública, os actos políticos das pessoas, como os seus actos económicos, também procuram a maximização dos interesses privados. Então, como são possíveis os actos altruístas dos voluntários das Organizações não Governamentais? Na minha opinião, isto é completamente possível. Primeiro, o conceito de ser humano é apenas uma suposição teórica dos estudos económicos e não inclui a totalidade ou toda a conotação rica da humanidade. De facto, Adam Smith, fundador da teoria da economia do mercado, alimentava a visão da coexistência dos interesses egoístas e altruístas. Pode ver-se que o interesse altruísta, nas trocas de mercado, só pode ser avaliado pelos resultados e não pode ser demonstrado pela motivação dos seus actos. O caso seria um bocadinho melhor, em relação aos funcionários públicos que detêm poderes públicos no Governo. Eles, quando concretizam as suas responsabilidades e objectivos organizativos, podem objectivamente deixar de ser egoístas, pois já recebem em contrapartida benefícios de bem-estar. Só nos serviços sociais fornecidos pelo voluntariado é que o altruísmo pode ser completamente demonstrado, porque eles consideram responsabilidades indesculpáveis os seus contributos para as causas caritativa e da utilidade pública; por outras palavras, uma pessoa em áreas diferentes da vida pode ter actos e motivações diferentes e segue princípios de actos diferentes. É indiscutível a nobreza dos fins do voluntariado, apesar de parte dos voluntários, com os seus actos, pretender alcançar um sentido de satisfação pelos seus trabalhos voluntários. Satisfação, sucesso e treino de capacidade, entre outras reacções internas e externas, tais como honras e estatuto social, ao fim e ao cabo, tudo isto constitui já altruísmo que ultrapassa os efeitos económicos, constituindo assim uma aproximação que ultrapassa os interesses individuais para o altruísmo virtuoso (móbil altruísta). De acordo com a teoria da hierarquia de necessidades de Abraham. H. Maslow, as necessidades básicas da humanidade podem dividir-se em necessidades fisiológicas (sobrevivência), necessidades de segurança (evitar ser ferido e prejudicado), necessidades sociais (ou de sentimentos e amor, de pertença a um grupo ou fazer parte de um clube), necessidades de estima (reconhecimento das nossas capacidades pessoais e reconhecimento dos outros face à nossa capacidade de adequação às funções que desempenhamos) e necessidades de auto-realização (realizar ideias entre vários níveis). Estas necessidades a vários níveis nascem sucessivamente e uma vez satisfeita uma necessidade, nasce outra. Pode afirmar-se que a participação de voluntários na prestação de serviços sociais é para satisfazer a sua necessidade social, a necessidade de estima e a neces-

sidade de auto-realização. Os actos altruístas do voluntariado constituem uma forma de comportamento para satisfazer as necessidades de níveis superiores.

### 3. Abordagem da gestão ética

A igualdade entre os membros internos das Organizações não Governamentais representa no seu âmago a ética da gestão das Organizações não Governamentais. A gestão ética que se tem levado a cabo dentro das Organizações não Governamentais é um novo modelo de prática moral. Este modelo de gestão depende do ideal moral individual e da força promotora da organização que resulta da combinação destas duas forças, de maneira a garantir a eficácia da gestão organizativa.

A julgar pelas forças motrizes do acto, o voluntário participa na organização voluntária de livre vontade, sem a intenção de receber qualquer recompensa, para oferecer o seu tempo e esforço, com o objectivo de apenas prestar serviços. Uma pessoa que se encontra numa sociedade comercial, pode actuar de maneira voluntária e consciente, além da atracção do ideal moral, dificilmente havendo outra explicação para as forças motrizes do seu comportamento. Numa sociedade tradicional, também existe idealismo moral e é grandemente promovido pelas autoridades, como os princípios morais, quando a sociedade é governada por um número reduzido de pessoas ricas e influentes. Estas gostam de cultivar as pessoas com nobres ideais para os deveres. Promovem a abnegação como a glória, achando que as pessoas devem ser como deuses, que procuram fazer o bem e não receber recompensas. Mas à prática social do ideal moral falta uma sólida base social. Primeiro, a nível político, a política autoritária não permite pôr em causa a legitimidade duma sociedade tradicional. As pessoas que vivem sem comparações aceitam cegamente a imposição da moral. As escolhas éticas transformam-se numa obediência absoluta que se reduz a um ideal moral inalcançável; assim está excluída a reflexão sobre um grande problema que é “com que regime para garantir que o que se faz é moral e não imoral”, criando desta maneira um círculo não benigno entre a moral e o regime. A nível da percepção e decisão escondidas atrás da ética dos comportamentos, as pessoas também se encontram num modelo moral previamente estabelecido que se fixa em actos regulares, organizados e que seguem de maneira formalista os exemplos morais para mostrar que cada pessoa tem o seu sentido moral na

vida. Num outro sentido, a nível económico, antes da resolução da sobrevivência, a exigência moral e a pressão da sobrevivência constituem um dilema. Entre a elevação da mentalidade e o gozo do corpo, existem relações muito íntimas que as pessoas às vezes não são capazes de imaginar. As pessoas podem tratar estes dois assuntos de modo completamente diferente de maneira arbitrária, ou dar-lhes importância alternadamente, mas não os podem separar completamente um do outro, porque senão nenhum será bem-sucedido. Isto quer dizer que a importância dada à virtude e menosprezo aos interesses, defendidos pelos confucionistas da Dinastia Qin, tinham ainda a sua racionalidade. A “preservação da moral natural e a aniquilação dos desejos pessoais”, defendidas pelo Neo-Confucionismo das Dinastias Song e Ming passou a ser um absurdo. Na sociedade moderna, o voluntário é uma pessoa moral, mas isto não impede que na área de mercado, ele seja um ser económico e na área política, um ser político. Uma pessoa só num ambiente de regime relativamente livre e após a resolução da sobrevivência básica é que pode ter certa autonomia da sua vida privada e preocupar-se com o mundo fora dela e começar a procurar uma moral da vida. Ela descobre que servindo os outros também está a servir-se a si própria. Não está a procurar méritos pessoais, mas sim já tem uma correcta percepção dos interesses e tem uma compreensão correcta do significado e valor da vida humana, de maneira a fazer uma distribuição racional do seu tempo, dos seus esforços e da sua riqueza, entre outros recursos. Se necessário, pode sacrificar parte do seu tempo e riqueza, em favor dos outros e a sociedade é disso beneficiada. Trata-se de uma escolha voluntária e consciente.

A julgar pela forma e eficácia da gestão de uma sociedade tradicional, também existiam actos de voluntariado que se traduzem em preocupação com os seus semelhantes, ajuda amistosa a outros, socorro aos que estão em crise e em perigo e com dificuldades, etc. Mas estes actos voluntários basicamente são dispersos, temporários e individualizados. A sociedade moderna é altamente organizada. A racionalização constitui o seu ideal nuclear e a forma organizativa. Um indivíduo não é capaz de realizar actos de utilidade pública ou com bons resultados. Só através da integração numa organização é que pode realizar ou conseguir bons resultados. O espírito do voluntarismo não é inato, o seu surgimento tanto resulta da procura espiritual individual dos voluntários, como da promoção social. O mais importante é como fazer com que o voluntarismo e os actos voluntários possam ter continuidade, tornando-se uma parte integrante da

vida social. De facto, entre o voluntarismo e as organizações voluntárias existe uma íntima interligação e sinergia. O voluntarismo latente que existe na sociedade não significa o surgimento de voluntários e actos voluntários. Entre as duas coisas, é preciso um importante elo. Isto é, a formação, o desenvolvimento do espírito do voluntarismo assim como organizar as pessoas com esse espírito em organizações voluntárias. As Organizações voluntárias são o solo em que se enraíza e cresce o voluntarismo, através das actividades levadas a cabo pelos voluntários. Verificam-se intercâmbios e surgimento de boa vontade dentro das Organizações não Governamentais, o que é para a organização uma aglutinação de caridade, intercâmbios e estímulos e para a sociedade, uma promoção, um apelo e uma exemplificação moral das organizações voluntárias sociais. Pode afirmar-se que é muito raro haver organizações voluntárias numa sociedade tradicional. Se bem que tenham existido, os seus actos não são comparáveis com os das organizações voluntárias.

Na actualidade, as Organizações não Governamentais estão, com maneiras ou papéis diferentes, a influenciar o desenvolvimento social. São a procura do ideal da justiça social, a ampla participação dos cidadãos e o voluntarismo que mostram o valor universal e o significado das acções voluntárias e das formas das actividades organizativas da sociedade moderna. Através das forças organizadas, os voluntários podem entrar num estado colectivo para poder ter uma relativamente alta eficácia e através da gestão ética, podem divulgar amplamente o ideal e o modo de comportamento dos voluntários, para que os seus actos sejam identificados e participados por mais pessoas, com o objectivo de dar característica universal e eficaz à vida moral de toda a sociedade.

## II. O espírito ético das Organizações não Governamentais

O mercado constitui um sistema em rede, em que as pessoas, de maneira voluntária e com igualdade, se dedicam às actividades económicas. Mas o mercado tem a sua orientação para os lucros. O mercado personifica o espírito de interesses dentro das regras da lei e da moral. As actividades governativas têm a sua utilidade pública, mas o Governo constitui um regime hierárquico e tem o seu carácter compulsivo. As Organizações não Governamentais dedicam-se às actividades de utilidade pública, mas não de maneira impulsiva, não hierárquica, não lucrativa, apenas com o



seu sistema em rede. As Organizações não Governamentais não são Governo; por isso, não podem ser promovidas por poderes, também não são um corpo económico, de maneira que não podem ser movidas por interesses, sobretudo por interesses económicos. Então qual é a força motriz do surgimento e do desenvolvimento das Organizações não Governamentais? A sua força motriz nasce do particular espírito ético das Organizações não Governamentais. O surgimento e o desenvolvimento das Organizações não Governamentais começou com as mudanças, a nível material e passou às reformas de regime e ética. As reformas verificadas, a nível da ética, são as reformas mais profundas e mais internas, no processo do desenvolvimento das Organizações não Governamentais. A evolução do espírito ético e o conceito de valores, por sua vez, também constituem as forças motrizes mais perenes no desenvolvimento das Organizações não Governamentais.

### **1. A construção da ética das Organizações não Governamentais**

A ética das Organizações não Governamentais, em consequência das necessidades sociais, tem-se vindo a formar, na sociedade moderna. As relações éticas não se limitam só aos posicionamentos entre famílias ou tradicionais relações interpessoais. Como um indivíduo na vida moderna pode identificar-se com comunidades diferentes, as relações humanas e sociais tornam-se tendencialmente mais complexas. Simultaneamente, devido à existência de comunidades diferentes de grupos ou instituições, existe certa espera de acto normativo entre os grupos, entre as instituições e entre os grupos e os indivíduos. Isto é, existe uma relação ética que regula os comportamentos. Até cada profissão especial pode ter as suas específicas exigências éticas. A sociedade moderna, além de valorizar a ética individual e a ética familiar, tem formado uma ética que promove as profissões e as Organizações não Governamentais que promovem os progressos sociais e a cooperação no trabalho. Sob a óptica da economia de mercado, as Organizações não Governamentais como têm o carácter de pessoa jurídica independente, possuem a sua gestão autónoma e responsabilizam-se pelos ganhos e perdas. Sendo uma organização autónoma de massas, nas suas actividades, que têm como objectivo prestar serviços, entra na rede de relações de interesses tanto internos como externos. Dentro destas relações de interesses, há várias relações éticas. As Organizações

não Governamentais, para levarem a cabo com normalidade os seus serviços e as actividades produtivas e comerciais, precisam de pôr em ordem as relações dos diferentes interesses; por isso, é preciso tomar uma correcta relação ética, criar o seu próprio ideal de gestão e sob a orientação desta definir os princípios e as regras éticas nas actividades produtivas e comerciais.

Por ética das Organizações não Governamentais entende-se que “O objectivo das suas actividades e o carácter dos serviços têm o mesmo carácter e têm o mesmo sistema regulador que rege as relações entre as Organizações não Governamentais e o objecto dos seus serviços”<sup>1</sup>. A ética das Organizações não Governamentais é diferente da ética comercial. Não são princípios éticos que têm que ver com a produção, a comercialização, a circulação de mercadorias e as relações de trocas. Entre a ética das Organizações não Governamentais e a ética organizativa do Governo também há certa diferença. Não é uma ética que tem que ver com o exercício dos poderes. A ética das Organizações não Governamentais refere-se ao desenvolvimento e à actividade, não só com influência sobre os indivíduos ou sobre o objecto dos serviços a serem prestados, como também com influência sobre o Governo, a sociedade, o ambiente e as outras Organizações não Governamentais. No que diz respeito ao tratamento das relações internas-externas, incluem as relações entre as Organizações não Governamentais e os seus membros, as Organizações não Governamentais e os gestores, as Organizações não Governamentais e as sociedades, as Organizações não Governamentais e o Estado, as Organizações não Governamentais e o mercado, as Organizações não Governamentais e a comunidade internacional. Existe a orientação do valor do bom e do mal e regras de comportamento. Referem-se a outros conceitos éticos, tais como justiça, serviço e paz. Trata-se de um mecanismo de autodisciplina das Organizações não Governamentais. A definição das relações éticas das Organizações não Governamentais facilita a elaboração e a prática dos seus princípios éticos.

Na feroz concorrência do mercado, as Organizações não Governamentais enfrentam um problema de valores extremamente importante, isto é, como servir e se estes serviços são benéficos para o progresso da

---

<sup>1</sup> Gao Li, *A propósito da Ciência da Ética Pública*, Pequim, Editora do Ensino Superior, 2002, p. 56.

sociedade e do desenvolvimento da humanidade. Isto tem que ver com o problema de valores, de bons métodos e bons objectivos dos serviços a serem prestados pelas Organizações não Governamentais. Eis a essência de toda a ética das Organizações não Governamentais. É a responsabilidade ética das Organizações não Governamentais, na economia de mercado como um corpo demarcado internamente, autónomo e com personalidade jurídica independente. Por isso, a prática da ética das Organizações não Governamentais é a defesa da legitimidade dos actos das Organizações não Governamentais.

Uma das características mais importantes das Organizações não Governamentais é o seu carácter não lucrativo. Não lucrativo não significa não obter lucro. A chave reside em o lucro obtido não poder ser distribuído entre os membros individuais dentro da mesma organização, mas sim fornece a base material para a sobrevivência e o desenvolvimento da própria organização. Seja a obtenção de lucro ou seja a não obtenção de lucro enfrentam um importante problema de valores, isto é, como obter lucros e se esses serviços e lucros são benéficos ou não ao progresso social e ao desenvolvimento da humanidade. Ele diz respeito ao bom método e ao bom objectivo dos serviços a serem prestados pelas Organizações não Governamentais e constitui toda a essência da ética das Organizações não Governamentais.

Quanto à construção ética das Organizações não Governamentais, por um lado, devem aperfeiçoar-se constantemente os factores internos, isto é, o espírito ético das Organizações não Governamentais, o objectivo dos valores das Organizações não Governamentais, o estilo ético das Organizações não Governamentais, a credibilidade ética das Organizações não Governamentais; por outro lado, devem tratar bem as relações com a sociedade e o mercado, criar actos comerciais, conceitos comerciais e ética do mercado. As qualidades humanas dos que prestam serviços e se dedicam ao comércio das Organizações não Governamentais constitui o núcleo da ética das Organizações não Governamentais. A formação da virtude humana dos gestores das Organizações não Governamentais constitui o ponto fulcral da questão ética das Organizações não Governamentais. As reformas das Organizações não Governamentais e a construção do mercado da economia socialista devem formar com urgência gestores das Organizações não Governamentais com boas qualidades humanas e excelentes capacidades de gestão.

## 2. O espírito ético das Organizações não Governamentais

A força do espírito é grande. Georg Wilhelm Friedrich Hegel afirma que a grandeza e a força do espírito não pode ser menos valorizada nem menosprezada. A essência cósmica escondida em si não tem força para rejeitar a coragem da procura de conhecimentos. Para os que procuram com valentia os conhecimentos, só resta desvendar-lhes os mistérios e tornar públicas as suas riquezas, deixando-os gozar delas. Numa determinada organização, também existe a força espiritual, o que tem um enorme papel sobre a sobrevivência e o desenvolvimento da própria organização.

Por espírito ético entende-se “um sistema de ordem de vida dentro de uma sociedade que se traduz em como as pessoas dispõem da sua vida e como regular a ordem de vida interna. O espírito ético constitui uma estrutura profunda da ética nacional que representa a força interior e a força de expansão da ética nacional. A nível de espírito ético, representa a orientação de valores de relações éticas entre as pessoas, as regras éticas e os comportamentos éticos. Em relação ao princípio de arranjo de ordem de vida interna de uma sociedade nacional, o espírito ético nacional experimenta uma completa estrutura e um processo de desenvolvimento de carácter ético”<sup>2</sup>.

O espírito ético pode ser considerado como um fenómeno espiritual, que pertence à super-estrutura social. É uma forma de demonstração muito especial do mundo espiritual da humanidade. Constitui a relação entre as pessoas e a natureza. Na estrutura e na ordem, representa o comportamento e a orientação de valores que a humanidade deve seguir e procurar. Quando há uma organização, constitui uma parte muito importante da estrutura organizativa e é o significado fundamental da existência desta organização e uma forma dinâmica de procura interna.

Pelo espírito ético das Organizações não Governamentais entende-se que “as Organizações não Governamentais nos seus prolongados serviços já têm formado valores e significados éticos de relativo grande consenso. São os objectivos de valor ético e pensamento ético que devem ser observados ou procurados pelos dirigentes, em função das características da

---

<sup>2</sup> Fan Hão, *A Reconstrução histórica do espírito ético da China*, Nanquim, Edições do Povo de Jiangu, 1997, p. 29.

sua própria organização, promovendo-os junto dos seus membros”<sup>3</sup>. O núcleo do sistema moral das Organizações não Governamentais e a essência da cultura organizativa das Organizações não Governamentais são os princípios morais básicos das actividades organizativas das Organizações não Governamentais. Através das actividades quotidianas dos membros das Organizações não Governamentais vai esse núcleo penetrando em toda a cadeia das actividades organizativas e nos serviços sociais prestados para criar uma imagem exterior, uma imagem das Organizações não Governamentais que representa a fisionomia espiritual e o estilo ético das Organizações não Governamentais. Dentro das Organizações não Governamentais, o estilo ético costuma traduzir-se em *slogans*, palavras de ordem, programas ou objectivos estatutários, que o lançam e divulgam amplamente ou através da formação do espírito das Organizações não Governamentais.

O mundo das Organizações não Governamentais é amplo e complexo, cuja ideologia e pensamento orientador também é muito variado. De um modo geral, cada organização tem a sua ideologia e pensamento orientador; por exemplo, feminismo, ecologismo, doutrinas religiosas, humanismo, espírito caritativo, altruísmo e outros socialismos de todas as matizes, que podem ser adoptados como ideologia orientadora das Organizações não Governamentais. Apesar da grande diferença entre estes pensamentos orientadores das ideologias das Organizações não Governamentais, seguem desde o início o mesmo espírito ético que reside no altruísmo, humanismo e princípio voluntário. A essência desse espírito é de facto uma consciência pública, consciência de preocupação (altruísmo e até alguma inspiração sagrada), consciência da responsabilidade, consciência da participação, da cooperação e da dedicação. Evidentemente, também existe a preferência pessoal (liberdade, livre vontade e procura do significado e valor da vida). Por isso, são estes esforços conscientes. O carácter voluntário das Organizações não Governamentais não só se traduz no voluntarismo dos seus principais promotores e dos seus participantes e seus apoiantes gerais, como na sua essência também são voluntários. Toda a mobilização dos recursos é basicamente voluntária. Eis a vitalidade peculiar e o valor específico das Organizações não Governamentais. A essência das Organizações não Governamentais deve ser voluntária, o nível organizativo deve ser autónomo e as relações

---

<sup>3</sup> Gao Li, *A propósito da Ciência da Ética Pública*, Pequim, Editora do Ensino Superior, 2002, p. 56.

entre os membros (promotores, participantes e apoiantes) basicamente em pé de igualdade e com base na confiança mútua. O seu funcionamento público é basicamente transparente e normalizado. Simultaneamente, é preciso alta eficácia e inovação. Todos estes factores constituem o sistema do espírito ético das Organizações não Governamentais, cujo núcleo é o espírito voluntário que se baseia no espírito da justiça do idealismo e do voluntarismo. É exactamente este espírito ético peculiar que leva as Organizações não Governamentais a conseguir grandes sucessos na ajuda aos pobres, na protecção ambiental, na educação, na defesa dos direitos humanos, nas causas de caridade, na cultura e nos serviços de mediação, áreas em que o Governo e o mercado não são capazes de conseguir tanta eficácia.

Muitas das Organizações não Governamentais bem-sucedidas são muito dadas a escolher, sintetizar e formar um espírito ético apropriado para a sobrevivência e o desenvolvimento da sua organização, na feroz concorrência do mercado. O espírito ético costuma reflectir-se ou incluir-se no espírito promovido pelas Organizações não Governamentais. Como cada organização presta serviços diferentes, as formas e os conteúdos do espírito ético das Organizações não Governamentais não são necessariamente únicos. Devem ter a sua individualidade e a sua característica.

O espírito ético das Organizações não Governamentais, uma vez aceite pelos seus membros e transformado na tendência psicológica colectiva, pode na prática aumentar grandemente a consciência e a criatividade dos membros e estimulá-los a preocuparem-se com o futuro das Organizações não Governamentais, a defender o prestígio das Organizações não Governamentais, a dedicar-se com ânimo de espírito comum às Organizações não Governamentais. Neste sentido, pode afirmar-se que o espírito ético das Organizações não Governamentais é o ponto de coesão da consciência colectiva dos membros das Organizações não Governamentais, é o pilar espiritual da sobrevivência e do desenvolvimento das Organizações não Governamentais, que traduz a humanidade, o humanismo, a justiça e a civilidade, fazendo com que as Organizações não Governamentais possam transformar-se num importante modelo para reformar, até reconstruir, uma sociedade bipolar, formada pelo Governo-domínio público vs mercado-sector privado. As Organizações não Governamentais levam as pessoas a conhecer uma melhor saída de elevação, fazendo com que as pessoas percebam melhor de si mesmo e da sociedade.

As Organizações não Governamentais enriquecem constantemente e melhoram a vida moral das pessoas, contribuindo assim grandemente para a construção ética de uma nova época.

### **III. As dificuldades éticas que as Organizações não Governamentais do interior da China enfrentam nos últimos anos**

Com o rápido desenvolvimento das Organizações não Governamentais no interior da China, as pessoas têm os ouvidos cheios de elogios sobre essas Organizações não Governamentais. Elas, relativamente independentes do Governo e do mercado, não só têm compartilhado das funções governamentais nas actividades socioeconómicas, como também têm desempenhado um positivo papel na defesa dos direitos cívicos e na construção da ética da nova época. No entanto, as Organizações não Governamentais, sob a influência do culto de poderes e do dinheiro em primeiro lugar, entre outros valores nocivos, também enfrentam dificuldades indisfarçáveis, dando lugar a três grandes crises: voluntarismo, legitimidade e credibilidade pública. As razões que estão na origem destas crises residem em que uma minoria dos membros destas Organizações não Governamentais tem qualidades morais não muito altas e a essas Organizações não Governamentais falta a base ética. O que dá lugar à falta do espírito ético, acaba por impedir o desenvolvimento das Organizações não Governamentais do interior da China.

#### **1. A Crise do voluntarismo**

A crise do voluntarismo manifesta-se, em primeiro lugar, na crise financeira, isto é, as Organizações não Governamentais apenas através das ofertas voluntárias já não conseguem angariar capital suficiente. Havia uma grande diferença entre as despesas com a sua actividade de utilidade pública e o capital que conseguiam angariar. Segundo uma versão tradicional, os fundos não constituem problema para as Organizações não Governamentais. É opinião geral que as fundações, as empresas e os populares que têm boas finanças são generosos. Às Organizações não Governamentais basta obter doações de fundações, empresas e indivíduos para poderem conseguir abundantes fundos de caridade. Só o que recebem das associações caritativas privadas já é suficiente para manter as Organizações não Governamentais nas suas actividades; por isso, as Or-

ganizações não Governamentais não precisam de procurar apoios governamentais e também não precisam de dedicar-se a actividades comerciais. Assim, não enfrentam o perigo de perder a sua autonomia. No entanto, a auto-suficiência das Organizações não Governamentais é uma lenda muito difundida, sem nenhuma base real. Inúmeras experiências provam que nenhum grupo caritativo privado de nenhum país tem sido a principal fonte de rendimento do sector não lucrativo. As angariações que as Organizações não Governamentais levam a cabo enfrentam muitos factores desfavoráveis; por exemplo, as formas de doação popular têm uma forte característica consentânea que não podem satisfazer as necessidades sociais. No que diz respeito à proveniência dos fundos, além dos fundos governamentais, também é preciso dedicarem-se a algumas actividades lucrativas. Isto serve como complementaridade para a insuficiência dos recursos. Tendo estas actividades lucrativas, é posto em causa se as Organizações não Governamentais continuam a ser não lucrativas. Em segundo lugar, existe a crise de serviços. Em assuntos laborais, os funcionários das Organizações não Governamentais costumam não receber remunerações. Por falta deste tipo de voluntários, apareceram muitos voluntários assalariados, pese embora este salário seja geralmente simbólico, desproporcionado do trabalho que fazem. Os países livres e os países de bem-estar têm mais facilidade de recrutar voluntários. É muito difícil imaginar uma pessoa que não tem liberdade e não tem os seus direitos garantidos, poder ter responsabilidade social. O que acontece é que, quando mais livre for o regime, maior será o número de voluntários. Por exemplo, no caso das Organizações não Governamentais dos Estados Unidos da América, 30 % dos seus recursos vêm dos seus voluntários. E nos países de bem-estar da Europa do Norte, como têm todas as despesas asseguradas pelo Governo, do berço até ao túmulo, costumam ser muito poucos os voluntários. De um modo geral, seja dependente do subsídio governamental, seja dependente de actividades lucrativas, as Organizações não Governamentais enfrentam a crise de independência.

## 2. A Crise de Legitimidade

A Legitimidade é um conceito muito complexo que diz respeito a muitas disciplinas, como por exemplo filosofia, ciências jurídicas, ciências políticas, sociologia, que costumam dedicar-se ao estudo da legitimidade. De um modo geral, a legitimidade refere-se “ao que é reconhecido ou aceite, em consequência da avaliação e observância de algumas regras.”



Em chinês, a legitimidade tem duas acepções. A primeira é a correspondência jurídica, quer dizer o acto ou a existência de uma coisa corresponde ou não às estipulações jurídicas, cuja acepção se aproxima do inglês “Legality”. A segunda acepção é a “correção” e a “racionalidade” que representam, o critério de valor de alguma entidade ou processo, de um acto ou existência de uma coisa e outros factores não coactivos. Por isso, é aceite e observado de livre vontade, cujo sentido se aproxima mais da palavra inglesa “Legitimacy”. Podemos portanto, sintetizar estes dois conceitos em “justa legitimidade” e “legalidade”<sup>4</sup>.

Com o fim da guerra fria e o assolar das vagas de democracia por esse mundo fora, as Organizações não Governamentais têm conhecido um rápido desenvolvimento, tendo passado de 6 mil nos finais dos anos 80 do século XX, para as actuais 26 mil. Constituem pois uma super-força com peso significativo. Entretanto, em relação ao Governo e ao sector privado, na maioria dos lugares do mundo, o sector das Organizações não Governamentais não está sujeito a limitações. A “vigilância e o equilíbrio básico” da sociedade civil já estão agendados. Não é apenas o Governo que provoca a desilusão do público; muitas instituições públicas, associações sociais, Organizações não Governamentais autónomas, vivem a sua crise de legitimidade também. O reforço crescente do papel político das Organizações não Governamentais é considerado pelos políticos como um desafio. Eles questionam porque é que as Organizações não Governamentais têm direito a ter a sua voz na elaboração das políticas. Com que direito as Organizações não Governamentais são consideradas como operadores legais? Com que direito se consideram porta-voz do povo? As pessoas acham que as Organizações não Governamentais, além de se representarem elas próprias, não são representantes de mais ninguém, porque elas não têm nenhuma legalidade delegada, porque elas não são eleitas por nenhum determinado eleitorado. Por isso, a legitimidade das Organizações não Governamentais é muito posta em causa.

### 3. A crise da credibilidade pública

A credibilidade pública é a crença primordial para a sobrevivência e o desenvolvimento de uma organização. É um critério de valor que deve

---

<sup>4</sup> Xie Dinghai, *O apuro da legalidade das organizações populares chinesas*, «Estudos das Ciências Jurídicas», n.º 2 de 2004, p. 17.

ser observado por todas as organizações e indivíduos. À medida da revelação de casos de corrupção de instituições de utilidade pública, as pessoas começaram a pôr em dúvida a credibilidade pública das Organizações Não Governamentais. Em 1995, William Aramony, o antigo responsável da “the United Way of América”, que é a maior Organização Não Governamental da América, foi condenado a prisão, por ter desviado doações. No interior da China, perante dezenas de milhares de Organizações Não Governamentais, os departamentos de administração civil não têm capacidade suficiente para as inspecções anuais e a vigilância da comunicação social também se revela incapaz. Alguns meios de comunicação social que estão habituados a só dar boas notícias e nunca dar notícias preocupantes, têm criado auréolas à volta destas organizações, mas não têm constituído uma linha de defesa para a corrupção dentro das Organizações Não Governamentais e os cidadãos em geral não têm meios de vigilância e também não têm vias de vigilância. Parece que tudo depende da consciência das Organizações Não Governamentais. Algumas organizações, sob a bandeira das actividades não lucrativas, têm-se dedicado a actividades lucrativas. Claro que, por um lado, é para angariar fundos mas, por outro lado, têm-se desviado do seu objectivo organizativo. Isto já constitui um grande problema. Algumas organizações têm-se desviado gravemente dos princípios não lucrativos; chegaram a dividir os bens conseguidos em benefício dos interesses individuais, havendo inclusive casos de desvio de doações e corrupção, o que provoca uma baixa credibilidade pública no conjunto das Organizações Não Governamentais do interior da China.

Devido à baixa credibilidade pública total das Organizações Não Governamentais do interior da China, os donativos sociais não são suficientes. As fontes financeiras das Organizações Não Governamentais do interior da China vêm de uma única procedência. A percentagem de doações vindas das empresas e do público para estas organizações é relativamente baixa. Em 1998, das fontes financeiras das Organizações Não Governamentais do interior da China, as dotações financeiras do Governo representavam 53,55%, os fundos fornecidos pelas empresas representavam apenas 5,63%, as doações públicas representavam apenas 2,18% e as receitas das actividades lucrativas representavam apenas 6%. Mas isto não quer dizer que o público em geral e as empresas não estão dispostos a fazer doações às organizações não lucrativas. Muito menos significará que a China não tem tradição cultural filantrópica. Tudo isto se deve ao facto de a maioria das Organizações Não Governamentais não

ter credibilidade pública. As pessoas e as empresas têm o justificado receio de que as suas doações sejam desviadas. De facto, basta ter uma boa credibilidade pública, pois que, sejam indivíduos sejam empresas, todos têm vontade de fazer os seus donativos.

As Organizações Não Governamentais funcionam como instituições da utilidade pública ou instituições independentes de utilidade pública que fornecem produtos pré-públicos à sociedade. Como os seus principais fundos vêm do Governo e das doações dos círculos sociais, em relação ao Governo e às empresas devem ter uma maior credibilidade, porque se pode afirmar que a boa vontade e a credibilidade das Organizações Não Governamentais constituem pontos vitais das Organizações Não Governamentais. No entanto, no momento em que todos os círculos sociais apelam a que haja maior credibilidade na China, a credibilidade individual, a credibilidade empresarial e a credibilidade governativa tornam-se pontos fulcrais das discussões e dos estudos. A credibilidade das Organizações Não Governamentais tem sido negligenciada. A falta de credibilidade das Organizações Não Governamentais poderia provocar prejuízos imprevisíveis e ao mesmo tempo não colmatarem as falhas do Governo e do mercado. As Organizações Não Governamentais, devido à falta de responsabilidade social e a algumas motivações puramente de interesses têm perdido a sua credibilidade. As Organizações não lucrativas ultimamente também enfrentam uma crise de credibilidade. Alguns escândalos das Organizações Não Governamentais têm chamado a atenção do público e têm provocado grave corrosão na credibilidade pública geral da sociedade civil. O que leva o público em geral a pôr em causa a eficácia do mecanismo de responsabilidade das Organizações Não Governamentais. Ao mesmo tempo, constituem forças motrizes internas para as Organizações Não Governamentais a paulatina criação e o aperfeiçoamento das suas responsabilidades. Trata-se de instrumentos e fórmulas. Como é que as Organizações Não Governamentais vão enfrentar o público e assumir as suas responsabilidades perante os eleitores, constitui um problema que merece urgente atenção. A razão que leva ao aparecimento do espírito ético e alguns problemas éticos das Organizações Não Governamentais, não se concentra só nos membros dessas Organizações Não Governamentais. Muitos problemas são provocados pelos regimes e mecanismos internos das próprias Organizações Não Governamentais. Por outras palavras, deve encontrar-se o verdadeiro motivo das dificuldades éticas em que se encontram as Organizações Não Governamen-

tais, a partir do ambiente organizativo e da cultura organizativa em que se encontram estas Organizações Não Governamentais.

Primeiro, verifica-se a falta de um mecanismo de auto-disciplina. Algumas Organizações Não Governamentais, sem autorização superior, tomaram a iniciativa de se formar e começaram a desenvolver as suas actividades. Como algumas Organizações Não Governamentais não têm consciência jurídica de associação legal, antes de serem devidamente autorizadas, já declararam a sua criação. Por um lado, não têm um departamento responsável pela área que a tutela e depois não têm nenhuma entidade tutelar; por isso, têm causado muitos problemas. Algumas instituições e organizações, com o pretexto de se dedicarem a estudos académicos, dedicam-se a actividades ilegais. Algumas Organizações Não Governamentais têm recebido donativos e encomendas de organizações hostis, de fora da China, dedicando-se a inquéritos sociais para lhes fornecerem informações. Algumas Organizações Não Governamentais aproveitam seminários e publicações não oficiais, para divulgar alguns pontos de vista e alguns comentários erróneos, criando assim preocupações latentes à estabilidade social. Algumas Organizações Não Governamentais não têm um regime de consulta interna, nem regime de gestão financeira, nem regime de cumprimento dos objectivos estatutários, nem regime de admissão de funcionários, nem avaliação de desempenho para prémios ou penalizações. À ausência de regimes, soma-se o problema de, apesar da existência de regimes, estes nunca serem cumpridos. Por exemplo, algumas Organizações Não Governamentais não têm seguido a regra de gerir a organização através de métodos democráticos, tais como, eleições democráticas, decisões democráticas, etc. Algumas Organizações Não Governamentais têm violado o princípio não lucrativo, ao dedicarem-se a actividades lucrativas e ao dividirem entre os membros os bens conseguidos, até à procura de lucros fabulosos. Algumas entidades não empresariais de iniciativa privada, têm-se dedicado a muitas actividades, sob a mesma designação pública, ultrapassando o âmbito das competências que lhes foi definido. Algumas entidades empresariais de iniciativa privada têm uma gestão própria muito fraca, cujos regimes de recursos humanos e de gestão são muito frouxos e os funcionários admitidos têm qualidades variadas. Até alguns elementos contra a lei promovem actividades duvidosas, sob uma capa legal. Todos estes casos têm afectado o desempenho positivo das Organizações Não Governamentais.

Segundo, existe um critério de avaliação muito ambíguo dos produtos. Como os do sector público, as Organizações Não Governamentais produzem os seus produtos que não são considerados de mercado. De um modo geral, os produtos deste mercado não têm um critério para avaliar o desempenho. Os serviços produzidos pelas Organizações Não Governamentais muitas vezes não são palpáveis, como os produtos físicos, tornando-se assim difícil a avaliação do número e da qualidade dos seus serviços. Portanto, em relação aos seus produtos e efeitos sociais finais dos seus produtos, são geralmente atrasados e não são sincronizados. Aos seus produtos faltam as indicações de preço e a escolha livre dos consumidores, bem como o mecanismo e a via para avaliar o conjunto das informações transmitidas. Como têm uma falta inata de proprietários, então, em relação às empresas e ao Governo, será muito mais difícil definir a fronteira das propriedades das Organizações Não Governamentais. Sob a influência da definição de subordinação parcial a determinada tutela profissional, dentro de um regime de economia planificada, as pessoas continuam indiferentes até agora sobre os problemas de propriedade das Organizações Não Governamentais. A ambiguidade das Organizações Não Governamentais está na origem da ambiguidade dos poderes e responsabilidades dos gestores e dos concessionários. Por isso, alguns gestores das Organizações Não Governamentais servem-se desta falta de definição clara das propriedades para conseguirem os seus próprios interesses, em detrimento dos interesses dos outros, incluído os seus constituintes e os consumidores dos produtos pré-públicos, causando assim uma crise da sua credibilidade pública.

Terceiro, existe uma fraca inspecção. Os doadores enfrentam, a nível de fiscalização, o problema da falta da força motriz e da fraqueza das entidades de fiscalização. Isto é, os doadores dos fundos de baixo valor não têm capacidade nem informações para exercer a sua vigilância. Os grandes doadores, muitas vezes demasiadamente ocupados com os seus negócios, não têm tempo de se preocupar com isto. O objecto dos serviços a prestar pelas Organizações Não Governamentais costuma ser dirigido às comunidades desfavorecidas. Estas não só têm falta de aquisição e tratamento de informações, reclamação de interesses e mobilização de recursos, como se encontram numa posição desigual como beneficiárias, dificilmente podendo desempenhar uma função fiscalizadora. Em relação aos mecanismos exteriores de vigilância, estes também são relativamente frágeis. Nas condições de separação entre a propriedade ou o contro-

le e benefícios, existe uma dicotomia de procuração-representação. Os objectivos de ambas as partes não podem ser automaticamente uniformizados, precisando de ser coordenados, mas devido à assimetria das informações e à perda de eficácia dos contratos, verifica-se que esta coordenação não poderá ser realizada com baixos custos. Nessas circunstâncias, como fazer, através da gestão eficaz da pessoa jurídica para criar mecanismos de estímulo e restrição aos procuradores, com que estes defendam os interesses dos constituintes, constitui uma questão muito importante.

Quarto, impera o baixo grau da governação pela Lei. A gestão das Organizações Não Governamentais tem um baixo grau de governação pela lei. Apesar de a construção jurídica da gestão das associações do interior da China ter conseguido êxitos estimulantes, continua a ter pela frente a árdua tarefa da governação pela lei. Isto traduz-se, por um lado, no atraso dos processos legislativos, em relação ao desenvolvimento das organizações populares. Os diplomas legais sobre estas continuam a não ser aperfeiçoadas como deve ser e continuam a provocar não poucos problemas. Por outro lado, as leis associativas têm um nível e uma qualidade não muito altos. Alguns diplomas com força jurídica têm o seu conteúdo demasiadamente concentrado nos processos de registo, faltando assim uma boa conexão com outros diplomas legais. Em problemas concretos, existe a falta de operacionalidade. O mais grave ainda é que não há uma lei escrita completa sobre a gestão das Organizações Não Governamentais. Os diplomas legais sobre o registo das associações não podem, de facto, ser chamados de leis associativas completas. Além disso, relativamente aos diferentes tipos de associações sociais faltam, de momento, diplomas legais que se complementem. Estas circunstâncias são bem reveladoras de que as Organizações Não Governamentais do interior da China têm um grau de gestão pela lei bastante baixo. Em relação aos rigorosos sistemas jurídicos para as Organizações Não Governamentais dos países desenvolvidos, há uma grande distância. Por isso, rigorosamente falando, as organizações intermediárias ainda não têm definições jurídicas bem expressas sobre a sua posição social e as suas funções e ainda não são identificadas pela sociedade.

Quinto, existe a falta de consciência cívica. A base cívica das Organizações Não Governamentais é muito fraca. Apesar das associações populares já serem antigas na China, as associações no seu conceito moderno têm sido paulatinamente desenvolvidas com a invasão das potências ocidentais, através dos seus bons barcos e avançada artilharia na Dinastia

Qing. Assim, de facto, a história associativa da China não é muito longa. Sob as condições de uma economia planificada, as Organizações Não Governamentais têm sido completamente transformadas em organizações administrativas, ganhando assim carácter governamental ou meio governamental. Assim, a consciência associativa dos cidadãos não tem sido muito forte e tem falta de percepção suficiente das organizações cívicas, a analisar pelo contingente dos voluntários. Além das Organizações Não Governamentais promovidas pelas empresas estatais ou comissões de moradores, não tem havido um contingente de voluntários completamente populares no seu verdadeiro conceito. A economia planificada tem criado um fenómeno em que cada indivíduo é dependente da entidade onde trabalha que persiste ainda agora. Por exemplo, as doações caritativas das pessoas são organizadas pelos sindicatos das entidades dos trabalhadores, comités da Liga da Juventude e comissões de moradores. No caso da falta de sindicatos, das empresas estatais e das comissões comunitárias de moradores, não tem havido oportunidade de levar a cabo actividades cívicas e as empresas não estatais não costumam prestar atenção às actividades para organizar os seus trabalhadores em participar na sociedade civil. Os trabalhadores destas entidades até se afastam completamente dos assuntos de utilidade pública da sociedade civil. Nas zonas rurais, os comités da Liga da Juventude e as comissões dos aldeões, no caso de terem os seus trabalhos enfraquecidos, pura e simplesmente, nada existe na sociedade civil. As Organizações Não Governamentais são uma lacuna. Os camponeses até nem sabem o que é uma organização voluntária. Quando os indivíduos dependentes das entidades onde trabalham, têm entidades sociais, a função do departamento da gestão comunitária vai ser naturalmente reforçada. Em consequência do processo da administração comunitária, alguns cidadãos não querem ou não têm grande ânimo em participar nas actividades comunitárias. Isto é que origina a falta de participação de grande parte das pessoas nos assuntos sociais. Dentro das Organizações Não Governamentais do interior da China, os funcionários em *part-time* são relativamente poucos e os voluntários são ainda mais raros, por um lado, devido à falta de fundos para manter os recursos humanos por excelência e, por outro lado, como os cidadãos chineses ainda têm muitos problemas, não têm uma consciência cívica formada num ambiente social pouco favorável. Às organizações não lucrativas faltam objectivos estatutários e missões muito expressas, de maneira que não conseguem mobilizar as pessoas para se dedicarem aos serviços voluntários. Isto constitui uma grande diferença em comparação com

muitos países, tornando-se assim um aspecto que deve ser desenvolvido com grande esforço, durante o processo das reformas sociais da China.

#### **IV. A Missão ética do desenvolvimento das Organizações Não Governamentais**

O espírito ético das Organizações Não Governamentais, como parte integrante da cultura organizativa, é a força motriz base e ideal da existência das Organizações Não Governamentais, constituindo o núcleo do sistema ético das Organizações Não Governamentais e também a essência da cultura organizativa das Organizações Não Governamentais. São critérios éticos fundamentais com que as Organizações Não Governamentais se dedicam às actividades organizativas. Através dos trabalhos quotidianos dos funcionários das Organizações Não Governamentais, elas estão presentes em toda a cadeia dos serviços organizativos e os serviços sociais fornecidos pelas Organizações Não Governamentais servem para criar uma imagem, dando a conhecer a fisionomia espiritual e o estilo ético das próprias Organizações Não Governamentais.

Quando as pessoas não param de elogiar as Organizações Não Governamentais, estas enfrentam dificuldades indisfarçáveis. Enfrentam 3 grandes crises: voluntarismo, legitimidade e credibilidade pública. Os principais motivos que levaram ao surgimento destas crises foram o baixo nível da qualidade ética de alguns membros e a falta de base ética do próprio regime organizativo que provoca a perda do espírito ético das Organizações Não Governamentais, acabando por dificultar o desenvolvimento das Organizações Não Governamentais. Para promover da melhor maneira o desenvolvimento das Organizações Não Governamentais na China, deve exercer-se uma gestão moral sobre todos os membros das Organizações Não Governamentais, aperfeiçoando a gestão, a vigilância e o mecanismo anti-corrupção interna, transformando o ambiente organizativo num lugar que conduza os membros das Organizações Não Governamentais ao cumprimento das regras morais, para que eles possam adaptar-se às necessidades do desenvolvimento da nova época das Organizações Não Governamentais, para poderem cumprir da melhor maneira a sua missão ética, imposta pela história.

Nos últimos anos, as actividades das Organizações Não Governamentais têm formado uma importante força social, a nível planetário. No mundo inteiro estão a desempenhar uma função cada vez mais



importante. Há quem afirme: “Uma verdadeira revolução associativa está a ser levada a cabo, a nível mundial. O significado social e político que resulta desta revolução nos finais do séc. XX talvez possa ser comparável com o significado do surgimento dos estados nacionais do séc. XIX”<sup>5</sup>. O crescimento destas associações mudou definitivamente as relações entre o estado e os cidadãos. A sua influência já ultrapassou de longe os serviços materiais que fornecem<sup>6</sup>. As Organizações Não Governamentais têm como objectivo procurar a igualdade económica e a justiça social, defender os interesses totais, até interesses comuns da humanidade. As suas missões organizativas e os seus objectivos de actividade costumam ser de utilidade pública. A sua racionalidade inata faz com que elas sejam uma organização social moral. As Organizações Não Governamentais, sob os princípios do altruísmo e do humanismo, levam a cabo as suas actividades prestando atenção e resolução aos problemas comuns para a sobrevivência da humanidade e aos problemas comuns do desenvolvimento social, tais como a protecção ambiental, contra a guerra, contra as armas nucleares, igualdade comercial, socorro aos pobres que são tudo problemas que não se referem aos interesses individuais organizativos ou estatais, mas sim a interesses comuns sociais ou interesses comuns de toda a humanidade. Por isso, a nova era requer urgentemente que as Organizações Não Governamentais sejam mais desenvolvidas e mais expandidas para assumir a sua missão ética, o que constitui resposta consciente às necessidades sociais.

A missão organizativa e os objectivos das actividades publicamente declarados pelas Organizações Não Governamentais costumam ser de utilidade pública. Elas dedicam-se a resolver problemas ignorados ou que têm merecido pouca atenção dos regimes organizativos da sociedade predominante, isto é, as empresas, o mercado, o Governo e os regimes internacionais. Destes problemas, há os demográficos, da miséria, da educação, sobretudo da educação básica nas zonas rurais, da protecção das mulheres e crianças, da protecção ambiental, das minorias étnicas, da higiene e da assistência preventiva, dos inválidos, dos socorros humanitários e dos direitos humanos. As Organizações Não Governamentais le-

---

<sup>5</sup> Salamon, L. 1993. *The Global Associational Revolution: The Rise of the Third Sector on the World scene*. Occasional Paper 15. Baltimore. Institute for Policy Studies. Johns Hopkins University.

<sup>6</sup> Lester M. Salamon, *O surgimento do sector não lucrativo*, «O Marxismo e a Realidade», n.º 3 de 2002.

vam a cabo as suas actividades, sob a bandeira da procura da igualdade económica e da justiça social. Defender os interesses gerais de toda a sociedade, até os interesses comuns de toda a humanidade, é o que as transforma numa força de organização social moral. Os actos entre o Governo e as organizações internacionais, intergovernamentais, são reactivos e de gestão de crise. Mas as Organizações Não Governamentais podem dedicar-se continuamente à resolução de determinados problemas e podem preparar de antemão relatórios e informações para os governos. As Organizações Não Governamentais, como organizações sociais com a finalidade de se dedicarem a objectivos de utilidade pública, estão dispostas a levar a cabo trabalhos a longo prazo e pormenorizados, dedicando-se a pesquisas, interpelações, discussões e análises de casos, assim como a avaliar casos de desenvolvimento. Isto faz com que as Organizações Não Governamentais possam ser uma organização social com conhecimentos técnicos específicos em determinadas áreas em que elas operam. Isto faz com que as Organizações Não Governamentais sejam parceiros indispensáveis na resolução de graves problemas sociais, junto do Governo, das organizações internacionais, intergovernamentais e das empresas.

As Organizações Não Governamentais não procuram obter interesses dos seus membros. O objecto dos serviços a serem prestados visa principalmente aos grupos desfavorecidos da sociedade, tais como, os pobres, os camponeses, os desempregados, as mulheres e as crianças, os inválidos, os anciãos, os membros de minorias étnicas, assim como os refugiados. Estas comunidades desfavorecidas constituem as comunidades marginalizadas de cada sociedade e de cada país, isto é, os marginalizados no conceito social e os marginalizados no conceito geográfico. Os membros destas comunidades marginalizadas encontram-se em situação desfavorecida, em termos de dinheiro, bens, direitos económicos, direitos políticos e posição social. Alguns até se encontram numa situação de completa privação de tudo. O surgimento destas comunidades marginais é o preço que se paga pela formação e sobrevivência das comunidades predominantes numa determinada sociedade. Aquelas pessoas que são decisoras num regime social predominante, como o regime de mercado e o regime de estado, dispõem de recursos sociais, capitais, poderes políticos e poderes económicos, formando assim os grupos do poder social. A julgar pelo desenvolvimento de vários países do mundo, após a Segunda Grande Guerra Mundial, quando o regime social predominante conse-

gue ser bem-sucedido ou após o seu sucesso, esses grupos sociais do poder costumam ajudar as comunidades sociais desfavorecidas, a melhorar as suas situações. No entanto, o socorro que estes grupos de poder do regime da sociedade predominante tem duas restrições, no que diz respeito ao socorro prestado às comunidades marginalizadas. Primeiro, este socorro só acontece depois de o grupo do poder conseguir dinheiro suficiente e o seu poder atingir um nível de vida bastante alto. Segundo, os grupos do poder nunca dão prioridade ou socorro aos grupos desfavorecidos. Estas duas restrições constituem importantes razões da longa existência e do contínuo aumento das comunidades marginalizadas.

As actividades das Organizações Não Governamentais, além de beneficiarem economicamente os pobres, também trazem muitos benefícios, em termos políticos e sociais, às comunidades desfavorecidas. Por exemplo, as Organizações Não Governamentais ajudam os membros das comunidades desfavorecidas a reduzir a sua dependência dos ricos e da elite social local, para poderem ter mais independência nas suas decisões, reforçando assim a sua participação política, de modo a reduzir as discriminações sociais de que são alvo, aumentando a sua estima própria. As Organizações Não Governamentais têm como objectivo promover a participação dos povos, através da criação e da promoção das organizações populares e comunitárias de base social, para ajudar os membros das comunidades desfavorecidas. Podem ter a sua autonomia, a sua ajuda mútua e o seu desenvolvimento autónomo. Os membros das Organizações Não Governamentais têm as mesmas crenças, objectivos e interesses pessoais e o seu carácter de voluntariado.

A estrutura organizativa das Organizações Não Governamentais é relativamente frouxa, mas tem uma marcante característica que é o seu carácter voluntário. O princípio organizativo primordial das Organizações Não Governamentais reside em que todos os voluntários estão dispostos a resolver determinados assuntos sociais que a organização em que estão quer resolver, tais como, a eliminação da pobreza ou a protecção ambiental. A julgar pelos países do mundo, os dirigentes das Organizações Não Governamentais provêm principalmente dos intelectuais, universitários ou antigos funcionários públicos. Mas estas pessoas têm a sua educação, a sua experiência e o seu critério moral, bastante diferentes do objecto dos serviços a prestar, enquanto que os funcionários normais provêm de diferente base social, por exemplo, os entusiastas com os assuntos comunitários, os estudantes que acabam o seu curso universitário, e os

próprios beneficiários dos serviços das Organizações Não Governamentais. As Organizações Não Governamentais costumam ser uma estrutura bastante frouxa, formada por pessoas com objectivos comuns de utilidade pública e de forma voluntária. Por isso, costuma haver uma maior unidade entre os membros, com ideais e espírito de dedicação.

Como a missão organizativa e os objectivos das Organizações Não Governamentais tem o seu carácter ético, elas assumem importantes responsabilidades públicas sociais. No entanto, as pessoas têm opiniões diferentes sobre as responsabilidades públicas. Para Dai Yi e outros, “A conotação mais básica das responsabilidades públicas é chegar a um consenso sobre quais são os actos entre indivíduos diferentes que possam ser aceites e de que maneira podem defender os seus actos.” Para Jakson, “A responsabilidade pública significa fazer explicações e defesa daquilo que já foi feito, que está a ser feito ou em perspectiva... Por um lado, tem direito de pedir à outra parte esclarecimentos sobre os seus actos. Neste ponto, pode afirmar-se que os posteriores têm responsabilidade sobre os anteriores.” Segundo Kadant, a responsabilidade pública significa “O corpo do acto tem de ser responsável pelas suas acções, está sob o controlo das instituições de avaliação externas e tem de prestar contas, esclarecimentos de causas, reporte de informação e assumir responsabilidades”<sup>7</sup>. Através das supracitadas explicações, pode ver-se que a principal das responsabilidades das Organizações Não Governamentais é assumir as diversas responsabilidades públicas. O objectivo são aquelas pessoas para quem prestam serviços. Em relação ao seu conteúdo, a responsabilidade pública das Organizações Não Governamentais tem três aspectos: antes de organizar qualquer actividade, a responsabilidade de uma organização é dever ter alto sentido de responsabilidade e de dever. O corpo do acto, antes do exercício dos seus poderes, deve ter bem claro o objectivo da procura da utilidade pública. Durante o processo das actividades organizativas, as Organizações Não Governamentais também têm a sua responsabilidade pública, que se traduz em cumprir voluntariamente as responsabilidades e aceitar conscientemente a vigilância. Após as actividades organizativas, as Organizações Não Governamentais têm a sua responsabilidade pública, que se traduz em ter a iniciativa de tomar conhecimento da avaliação do público e assumir a responsabilidade dos seus

---

<sup>7</sup> Zhou Zhiren e outros, *A auto-disciplina e a vigilância*, Hangzhou, Edições do Povo de Zhejiang, 2000, pp. 17-18.

actos inadequados. A missão das Organizações Não Governamentais é servir o povo. Os seus fundos e custos operacionais dependem da segunda distribuição da riqueza social e a nível jurídico, gozam de determinados privilégios de isenção de impostos; por isso, em relação às empresas, as Organizações Não Governamentais têm maiores responsabilidades e devem ter maior autodisciplina e sujeitarem-se a maior vigilância.

